

Relatório da Administração

2025



cielo

SENHORES ACIONISTAS,

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”.

As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo; das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs). A apresentação gerencial denominada “Cielo Brasil” representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra maneira.

A Cielo apresenta as Demonstrações Contábeis e os resultados referentes ao exercício de 2025 reafirmando o seu compromisso com a geração sustentável de valor, a evolução contínua do negócio e a busca pela excelência na qualidade dos serviços prestados.

Durante o ano, avançamos em nossa agenda estratégica investindo em nosso programa de transformação, fortalecendo capacidades essenciais e direcionando iniciativas com impacto positivo nos resultados da Companhia e na experiência dos nossos clientes.

Registramos crescimento do volume capturado de cartões e da base de clientes, além da continuidade do controle de gastos, que novamente apresentaram crescimento abaixo da inflação. Essas medidas, somadas à expansão do resultado financeiro e de produtos de prazo, contribuíram para o crescimento do lucro líquido, refletindo a efetividade das ações implementadas nos últimos anos.

Em 2025, registramos novos ganhos no Net Promoter Score (NPS), que atingiu o maior patamar histórico, evidenciando nossos esforços para aprimorar a experiência dos clientes. Esse marco reflete a evolução contínua no relacionamento com clientes e avanços na logística, que proporcionam cada vez mais agilidade na entrega de terminais e rapidez na resolução de necessidades, além do contínuo lançamento de novas soluções que ampliam a conveniência e experiência para nossos clientes, a exemplo do “Vendeu, tá na conta”, que acelera a liquidação das vendas com cartões de crédito e de débito para o mesmo dia da captura. Tais avanços são impulsionados pela adoção cada vez maior de Inteligência Artificial (IA) e soluções integradas.

As evoluções refletem, também, no reconhecimento e premiações de relevância, como o Prêmio CONAREC – Categoria Adquirentes, o 1º lugar na categoria “Transformação” na Premiação Agilidade Brasil (Agile Trends), a inclusão entre as cinco melhores empresas em Governança Corporativa no *Ranking* ESG do Estadão e o Prêmio Valor Inovação, validando nossa jornada de evolução ágil e inovação contínua.

Esses resultados demonstram a capacidade da Cielo de responder com rapidez às transformações do setor de meios de pagamento, mantendo o seu propósito de impulsionar negócios para todos.

Agradecemos o empenho e liderança de todos os colaboradores e reiteramos o compromisso da Cielo com a excelência, inovação, protagonismo e geração de valor.

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

Em 2025, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 897,8 bilhões.

Na Cateno, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 451,0 bilhões em 2025.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 10.948,8 milhões em 2025.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 6.616,6 milhões em 2025.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.029,8 milhões em 2025.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi positivo e totalizou R\$ 809,9 milhões em 2025.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas cinco competências: Ambição Transformadora, Empatia Assertiva, Colaboração, Senso de Dono e Senso de Urgência.

Cuidado com as Pessoas: Bem-estar como Pilar Estratégico da Cielo

Na Cielo, acreditamos que o bem-estar das pessoas é essencial para a construção de uma empresa sustentável e de alta performance. Por isso, investimos continuamente em iniciativas que promovem qualidade de vida, saúde integral e um ambiente emocionalmente seguro para o nosso time.

Nosso programa “**De Bem com a Vida**” é estruturado em três pilares fundamentais:

- **Saúde em Equilíbrio:** ações voltadas à saúde física e mental, nutrição, parentalidade e campanhas de prevenção;
- **Sempre em Movimento:** incentivo à prática de atividades físicas, parcerias com academias e instituições como o Sesc; e
- **Facilidades para Você:** iniciativas que tornam o dia a dia mais leve, como eventos institucionais, lojinhas, cafeterias e salão de beleza.

Além disso, conduzimos uma **Comunidade de Saúde Mental** e um Grupo **de Afinidade** dedicado ao tema, com encontros regulares e estratégias para fortalecer a nossa cultura de cuidado e de segurança emocional.

Essas ações têm gerado resultados concretos: 89% de favorabilidade na percepção de equilíbrio de vida e bem-estar, segundo nossa pesquisa interna de Experiência do Colaborador. O mesmo índice se repete na avaliação da Cielo como um ambiente emocionalmente saudável para se trabalhar.

Esse compromisso com o bem-estar é reconhecido externamente por meio de diversas premiações, como o **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida**, o selo de **Empresa Psicologicamente Saudável**, concedido pelo Grupo Gestão RH, o **Prêmio Destaque em Saúde Mental da GPTW** São Paulo e o **Prêmio Think Work Innovations**, na categoria **Parentalidade** Consciente.

No 4º trimestre de 2025, concluímos diversas ações que reforçaram o nosso compromisso com o bem-estar, saúde e responsabilidade social. A campanha **Cielo Encantada** alcançou mais de 91% de adesão, promovendo o bem-estar parental e fortalecendo laços familiares. Finalizamos, também, o nosso **Programa de Coaching em Saúde**, focado na redução do IMC, no qual 160 pessoas participaram ao longo de 6 meses, realizando atividades físicas variadas e conquistando, juntas, a marca de 184 kg perdidos — um resultado que impulsiona hábitos saudáveis, engajamento contínuo e cuidado preventivo.

Tivemos a campanha de **Doação de Sangue**, que dobrou o número de participantes de 2024, atingindo 88% da meta solicitada pela Pró-Sangue e contribuindo para potencialmente salvar mais de 400 vidas. Uma ação que fortalece a nossa cultura, solidariedade e responsabilidade social e para fechar o ciclo, registramos um aumento de 54% nos **atendimentos psicológicos** realizados em parceria com o nosso fornecedor, mantendo um baixo índice de afastamentos por doenças psicológicas relacionadas ao trabalho.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas.

No final de dezembro de 2025, o Grupo Cielo contava com 7.138 pessoas colaboradoras, dos quais 214 eram estagiários e aprendizes.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade e Impacto, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para que a Companhia gere valor e desenvolvimento sustentável com o seu modelo de negócios, estruturamos o Plano Estratégico de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes para:

- Operações Sustentáveis: adotar práticas de sustentabilidade, que promovam valor socioambiental ao negócio;
- Impacto com o Negócio: gerar valor compartilhado com clientes, fortalecendo o portfólio com soluções ASG; e
- Desenvolvimento Socioambiental: alavancar o impacto socioambiental pela inclusão socioproductiva e pela regeneração ambiental.

Tais diretrizes se materializam por meio de compromissos e ações nas seguintes frentes de atuação:

- Sustentabilidade Corporativa;
- Negócios Sustentáveis;
- Agenda de Impacto;
- Diversidade, Equidade e Inclusão; e
- Ecoeficiência das Operações.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda, em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Diretoria de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fóruns de Assessoramento.

Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada, visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos seis compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIAPN+.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais das nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas por meio de créditos de carbono de projetos, que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica o seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

DESTAQUES ASG

Premiações corporativas: confira as conquistas e reconhecimentos da Cielo em 2025

Referência no segmento de meios de pagamentos, empresa recebe diversos prêmios e reconhecimentos no ano em que completa três décadas de história.

Saiba mais em: <https://blog.cielo.com.br/institucional/premiacoes-corporativas-2025/>



A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus Administradores com o melhor interesse de seus Acionistas.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se por meio de diversas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos, as quais definem os princípios básicos, que deverão nortear as relações e atividades na Cielo. Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR (Transações com Partes Relacionadas), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre os referidos procedimentos aos seus Acionistas e ao mercado em geral, e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de governança corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deve ser composto por, no mínimo, 07 (sete) e, no máximo, 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros, que exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de governança corporativa, o Conselho de Administração possui 04 (quatro) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças e Sustentabilidade, Comitê de Pessoas, Remuneração e Governança Corporativa, e Comitê de Riscos, e a Diretoria Executiva possui 09 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de *Environmental, Social and Governance* ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos, Fórum de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados, Fórum de Prevenção à Fraude e Lavagem de Dinheiro e Fórum de Gestão de Capital Regulatório.

O Conselho Fiscal da Cielo está, atualmente, instalado para supervisionar as atividades da Administração e é composto por 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso Time e a confiança de nossos Clientes, Acionistas e Parceiros.

Informamos que, para o exercício de 2025, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que não possui serviços não relacionados à auditoria externa contratados com os auditores independentes até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis referentes ao
semestre e exercício findos em
31 de dezembro de 2025 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
(*COSIF*)

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.....	2
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações de resultados.....	9
Demonstrações de resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
1 Contexto operacional.....	14
2 Informações materiais da política contábil.....	15
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	23
4 Disponibilidades.....	24
5 Ativos financeiros.....	24
6 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDCs").....	25
7 Contas a receber operacionais.....	26
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos.....	27
9 Investimentos.....	29
10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar.....	31
11 Imobilizado de uso.....	32
12 Intangível.....	33
13 Obrigações por empréstimos e financiamentos.....	34
14 Contas a pagar a estabelecimentos.....	35
15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	35
16 Patrimônio líquido.....	38
17 Lucro líquido por ação.....	41
18 Receita líquida.....	41
19 Gastos por natureza.....	41
20 Compromissos.....	42
21 Gastos com pessoal.....	43
22 Resultado financeiro.....	44
23 Gestão de riscos.....	44
24 Resultado não recorrente.....	50
25 Transações e saldos com partes relacionadas.....	50
26 Itens que não afetam o caixa.....	49
27 Cobertura de seguros.....	50
28 Eventos subsequentes.....	50



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 – parte
04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação do Contas a receber de emissores, Contas a pagar a estabelecimentos e Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.6, 2.9, 7, 14 e 18 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a receber de emissores e saldos a pagar a estabelecimentos comerciais.</p> <p>Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito.</p> <p>Para o Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações.</p> <p>Para o Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base.</p> <p>Para a receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.6, 2.9, 7, 14 e 18.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas do Contas a receber de emissores, Contas a pagar a estabelecimentos, Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja as Notas nº 9 e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e 12, o valor dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais inclui valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados nas demonstrações contábeis consolidadas em conta específica, cuja realização está suportada por meio de estudo do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração.</p> <p>Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento em controladas registrados nas demonstrações contábeis individuais e o valor do intangível registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado em Setembro de 2025. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 9 e 12.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 23 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 23, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de *chargeback*, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste em perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia, conforme probabilidade de *default* (PD - *Probability of Default*, LGD - *Loss Given Default* e EAD - *Exposure at Default*) e segmentação do cliente.

Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis.

Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação da fundamentação teórica e dos métodos propostos para estimativa dos parâmetros de PD, LGD, EAD e cálculo da provisão quanto à conformidade com a Resolução BCB nº 352; (ii) na avaliação da solidez conceitual dos modelos e das técnicas de modelagem para estimar os parâmetros de PD, LGD e EAD, inspecionando a documentação do modelo, incluindo teste de recálculo independente e revisão do processo de estimação dos parâmetros, para determinar se os modelos são adequados; (iii) na avaliação da relevância das variáveis consideradas nos cenários macroeconômicos futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis em relação à perdas de crédito esperadas; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PD, LGD e EAD da instituição usando os dados históricos e as informações prospectivas da instituição; (v) no teste das regras de alocação dos estágios (Aumento Significativo de Risco - SICR) para avaliação da acurácia dos critérios adotados pela Companhia comparando-as com as práticas aplicáveis do setor e da regulamentação uma para amostra selecionada.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 7 e 23.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 100 da Resolução BCB nº 352, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pela Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 26 de janeiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticas pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas

para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de janeiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Gustavo Mendes Bonini

CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	186.195	202.972	Obrigações por empréstimos	13	143.200	143.200
Ativos financeiros	5	731.272	2.601.944	Outras obrigações		100.058.388	93.707.213
Fundos de investimento em direitos creditórios	6	7.898.656	-	Sociais e estatutárias		3.733.806	3.764.980
Rendas a receber	7	125.043	909.703	Arrendamento a pagar	10	3.334	5.945
Contas a receber de emissores	7	100.738.464	100.742.832	Fiscais e previdenciárias	8	173.793	1.039.338
Contas a receber com partes relacionadas	24	24.596	1.671.460	Contas a pagar a estabelecimentos	14	87.203.682	87.383.828
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	8	1.554.139	2.089.675	Contas a pagar com partes relacionadas	24	8.175.152	688.141
Outras contas a receber operacionais	7	388.497	391.780	Outras		768.621	824.981
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	7	(88.373)	(98.296)	Total do passivo circulante		100.201.588	93.850.413
Outros valores a receber		153.335	256.194				
Total do ativo circulante		111.711.824	108.768.264				
Realizável a longo prazo				Obrigações por empréstimos	13	9.989.848	9.948.905
Ativos financeiros	5	-	35.990	Outras obrigações		176.642	210.462
Devedores por depósitos em garantia	15	103.580	118.211	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	120.115	151.740
Créditos tributários	8	912.326	1.257.746	Arrendamento a pagar	10	13.535	14.569
Outras contas a receber operacionais	7	33.765	33.853	Outras		42.992	44.153
				Total do passivo não circulante		10.166.490	10.159.367
Investimentos em participações em controladas	9	7.232.713	-				
Bens de direito de uso	10	16.618	19.969	Patrimônio líquido			
Imobilizado de uso	11	762.698	764.821	Capital social	16	5.700.000	5.700.000
Imobilizações em uso		2.156.439	2.168.071	Reservas de capital	16	7.019	7.019
(-) Depreciação acumulada		(1.307.602)	(1.317.111)	Reservas de lucros	16	5.565.283	5.565.283
(-) Redução ao valor recuperável de ativos		(86.139)	(86.139)	Outros resultados abrangentes	16	(164.441)	(164.441)
				(-) Ações em tesouraria	16	(30)	(30)
Intangível	12	702.385	8.123.724	Atribuído a:			
Outros intangíveis		1.939.076	13.549.612	Acionistas controladores		11.107.831	11.107.831
(-) Amortização acumulada		(1.232.592)	(5.421.789)	Acionistas não controladores		-	4.004.967
(-) Redução ao valor recuperável de ativos		(4.099)	(4.099)	Total do patrimônio líquido		11.107.831	15.112.798
Total do ativo não circulante		9.764.085	10.354.314				
Total do ativo		121.475.909	119.122.578	Total do passivo e patrimônio líquido		121.475.909	119.122.578

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações dos resultados
Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2º Semestre 31/12/2025	Exercício 31/12/2025	Exercício 31/12/2025
RECEITA LÍQUIDA	18	3.095.135	6.074.858	10.948.799
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(1.755.834)	(3.451.577)	(6.616.597)
LUCRO BRUTO		1.339.301	2.623.281	4.332.202
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Pessoal	19	(768.602)	(1.472.080)	(1.624.372)
Gerais e administrativas	19	(219.132)	(464.249)	(450.361)
Vendas e marketing	19	(112.011)	(221.283)	(302.914)
Equivalência patrimonial	9	637.334	1.027.581	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(179.252)	(126.126)	347.865
LUCRO OPERACIONAL		697.638	1.367.124	2.302.420
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	22	370.803	478.680	763.608
Despesas financeiras	22	(854.526)	(1.779.241)	(1.704.094)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	22	970.393	1.947.862	1.794.244
Variação cambial, líquida	22	(12.162)	(43.674)	(43.849)
		474.508	603.627	809.909
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.172.146	1.970.751	3.112.329
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	8	(86.656)	(95.172)	(878.145)
Diferidos	8	131.394	12.476	48.175
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.216.884	1.888.055	2.282.359
ATRIBUÍDO A				
Acionistas controladores				1.888.055
Acionistas não controladores				394.304
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico e diluído	17	0,45607	0,70762	0,70762

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações de resultados abrangentes
Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido do período	1.216.884	1.888.055	2.282.359
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior			
Variação cambial sobre investimentos no exterior	24	(414)	(414)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	204	652	931
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado			
Benefício pós-emprego	(2.850)	(4.350)	(4.350)
Movimentações do período	(2.622)	(4.112)	(3.833)
Resultado abrangente total	1.214.262	1.883.943	2.278.526
Atribuído a:			
Acionistas controladores			1.883.943
Acionistas não controladores			394.583

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Participação dos acionistas controladores	Participação dos Acionistas não controladores	
Saldos em 30 de junho de 2025	5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.537.228	671.171	(161.819)	9.893.569	3.451.530	13.345.099
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-		1.216.884	-	1.216.884	253.123	1.470.007
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:										
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	1.888.055	(1.888.055)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	24	24		24
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	204	204	86	290
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(2.850)	(2.850)		(2.850)
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	300.228	300.228
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	4.425.283	-	(164.441)	11.107.831	4.004.967	15.112.798
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.540.213	-	(160.329)	9.226.873	7.984.500	17.211.373
Adoção inicial da Resolução BCB nº 178 em 01/01/2025	-	-	-	-	(2.985)	-	-	(2.985)	-	(2.985)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.537.228	-	(160.329)	9.223.888	7.984.500	17.208.388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		1.888.055	-	1.888.055	394.304	2.282.359
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	1.888.055	(1.888.055)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(414)	(414)		(414)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	652	652	279	931
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(4.350)	(4.350)		(4.350)
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.374.116)	(4.374.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	4.425.283	-	(164.441)	11.107.831	4.004.967	15.112.798

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2º Semestre/25	31/12/2025	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.172.146	1.970.751	3.112.329
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	10 e 11	254.296	517.776	907.921
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	107.009	133.341	133.511
Equivalência patrimonial	9	(637.334)	(1.027.581)	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	23	25.757	58.763	141.315
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	49.494	(103.444)	(80.180)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		554.713	1.129.888	1.126.133
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	3.039	4.853	4.853
Despesa financeira sobre arrendamento		751	1.218	1.536
Rendimento de participação no FIDC	12	(868.679)	(1.891.826)	-
Adoção inicial da Resolução BCB nº 178/22	6	-	(2.985)	(2.985)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:				
Rendas a receber		(27.921)	(23.717)	765.417
Contas a receber de emissores		(6.808.109)	(4.723.855)	(4.795.192)
Contas a receber com partes relacionadas		(9.320)	153.381	(632.716)
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(305.882)	(417.238)	(449.436)
Devedores por depósitos em garantia		(2.513)	(30.555)	(28.909)
Dividendos a receber	9	8.613	23.613	-
Outros valores e bens		76.003	70.339	13.902
Outros ativos		(130.996)	(186.711)	(184.451)
Ativos financeiros		-	-	136.284
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Sociais e estatutárias		177.975	86.172	355.689
Fiscais e previdenciárias		151.720	(66.726)	(3.380)
Contas a pagar a estabelecimentos		7.094.519	5.540.923	5.541.733
Contas a pagar com partes relacionadas		(2.222.724)	(8.356.368)	192.016
Pagamentos para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	14	(35.609)	(62.372)	(83.111)
Outros passivos		28.584	83.613	(105.754)
Caixa (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		(1.344.468)	(7.118.747)	6.066.525
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.879)	(34.562)	(546.241)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		(1.372.347)	(7.153.309)	5.520.284
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de cotas FIDCs		(787.402)	(7.350.855)	-
Amortização de cotas FIDCs		3.869.125	14.092.907	-
Dividendos recebidos de subsidiárias		351.090	629.992	-
Aquisições de imobilizado de uso		(230.903)	(310.336)	(312.843)
Aquisições de intangível	10	(145.029)	(259.714)	(273.129)
	11			
Caixa líquido gerado/(aplicado)nas atividades de investimento		3.056.881	6.801.994	(585.972)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos		6.495.000	12.230.000	12.192.812
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(5.207)	(16.126)	(16.126)
Pagamento de principal de empréstimos	12	(6.995.000)	(9.730.000)	(9.730.000)
Juros pagos	12	(600.918)	(1.089.733)	(1.089.733)
Arrendamentos pagos	12	(2.239)	(4.998)	(7.609)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		-	-	1.251.010
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		-	-	(5.422.224)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(405.000)	(668.568)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento		(1.108.364)	984.143	(3.490.438)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		576.170	632.828	1.443.874
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final		917.467	917.467	2.804.916
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exte	4 e 5.a)	-	-	(1.206)
Saldo inicial		341.297	284.639	1.361.042
	4 e 5.a)			
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		576.170	632.828	1.443.874
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.				

Demonstrações do valor adicionado
Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	2º Semestre/25	31/12/2025	31/12/2025
RECEITAS				
Vendas de serviços	18	3.444.560	6.758.332	12.331.416
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	(25.757)	(58.763)	(141.315)
		3.418.803	6.699.569	12.190.101
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Gastos com serviços prestados		(1.376.401)	(2.694.443)	(5.444.871)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(319.333)	(662.241)	(741.454)
Outros gastos, líquidos		(54.311)	43.006	599.556
Perda na realização de ativos	19	(99.183)	(110.368)	(110.376)
		(1.849.228)	(3.424.046)	(5.697.145)
		1.569.575	3.275.523	6.492.956
VALOR ADICIONADO BRUTO				
Depreciações e amortizações	19	(254.296)	(517.776)	(907.921)
		1.315.279	2.757.747	5.585.035
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	9	637.334	1.027.581	-
Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		1.329.034	2.382.869	2.514.003
		1.966.368	3.410.450	2.514.003
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos		(798.527)	(1.526.751)	(1.689.870)
Remuneração Direta		(449.924)	(885.526)	(995.396)
Benefícios	21	(150.507)	(298.322)	(320.417)
FGTS		(37.189)	(72.280)	(79.819)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	21	(160.907)	(270.623)	(294.238)
Impostos, taxas e contribuições		(403.035)	(958.220)	(2.408.749)
Federais		(367.468)	(889.227)	(2.221.995)
Estaduais		-	(107)	(107)
Municipais		(35.567)	(68.886)	(186.647)
Remuneração de capitais de terceiros		(863.201)	(1.795.171)	(1.718.060)
Aluguéis		(8.676)	(15.930)	(16.908)
Juros		(831.932)	(1.767.464)	(1.675.473)
Outras		(22.593)	(11.777)	(25.679)
Remuneração de capitais próprios		(1.216.884)	(1.888.055)	(2.282.359)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	-	(263.568)
Retenção de lucros		(1.216.884)	(1.888.055)	(1.624.487)
Acionistas não controladores		-	-	(394.304)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO				
		(3.281.647)	(6.168.197)	(8.099.038)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia", "Grupo Cielo" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", até 26 de agosto de 2024, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deferiu a conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para a categoria "B", e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto ("*joint venture*"), que junto à Cielo, também, são designadas como "Grupo Cielo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício:

- Em 08 de maio de 2025, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 8ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 3.000.000, com vencimento em 08 de maio de 2029 e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.
- Em 13 de agosto de 2025, ocorreu a liquidação das cotas de terceiros do FIDC Cielo, no montante de R\$ 600.000, em observância às disposições contratuais vigentes.
- Em 20 de setembro de 2025, ocorreu a liquidação da 6ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 3.000.000, em observância às disposições contratuais vigentes.
- Em 20 de outubro de 2025, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 9ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 2.500.000, com vencimento em 36 meses e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,39% a.a., com pagamentos semestrais.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Em 20 de outubro de 2025, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 1ª emissão da 4ª série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), no montante de R\$ 1.000.000, com vencimento em 36 meses e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,60% a.a., com pagamentos semestrais.
- Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/25, que elevou a alíquota da CSLL de 9% para 12%. A Companhia efetuou a atualização do saldo dos impostos diferidos ativos, referente a CSLL, no montante de R\$ 74.963.

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, observando as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), especialmente o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Conforme artigo 102 da Resolução BACEN nº 352/23, a Companhia está dispensada da apresentação comparativa das demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de janeiro de 2026.

2.2 Adoção Inicial de prática contábil

Em 1º de janeiro de 2025, conforme Resolução BACEN nº 178/22, a Cielo adotou a nova prática contábil que dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária.

A adoção foi realizada de maneira prospectiva, com impacto de R\$ 2.985 registrado no patrimônio líquido.

A Companhia implementou a Resolução BACEN nº 352/23 a partir de 1º de janeiro de 2025 e não identificou impactos relevantes em suas Demonstrações Contábeis, nem nos sistemas e processos internos. Os modelos de negócio elaborados foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.3 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resoluções BACEN nº 92/21 e nº 390/24 – Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BACEN (COSIF) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sendo a primeira fase concluída em 1º de janeiro de 2025 e a segunda a ser implementada em 1º de janeiro de 2030.

Resoluções BACEN nº 352/23 e nº 397/24 – Estabelecem critérios contábeis para instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Estas Resoluções substituem, entre outras, a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17, além de revogar a Resolução BACEN nº 219/22, Resolução BACEN nº 309/23 e a Resolução BACEN nº 378/24. A primeira fase concluída em 1º de janeiro de 2025 e a segunda a ser implementada em 1º de janeiro de 2027.

Em convergência aos padrões internacionais de divulgação de sustentabilidade, foram editadas normas contábeis específicas voltadas ao tratamento, reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos associados a fatores ambientais, sociais e climáticos, bem como à adequada evidenciação dos riscos e oportunidades relacionados a esses temas, em linha com os padrões emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

Nesse contexto, destacam-se a Resolução CMN nº 5.252/25 e a Resolução BACEN nº 513/25, que estabelecem critérios contábeis e diretrizes de divulgação aplicáveis às instituições reguladas pelo BACEN, em consonância com o COSIF. A adoção pela Companhia será a partir do exercício social, iniciado em 1º de janeiro de 2026, com a primeira divulgação em 2027, na publicação da Demonstração Contábil do exercício social de 2026.

A Companhia tem conduzido iniciativas internas em atendimento a Norma, envolvendo, entre outras áreas, sustentabilidade, gestão de riscos e governança, de forma a assegurar a aderência aos requerimentos regulatórios aplicáveis e a robustez dos processos e controles relacionados às divulgações financeiras de sustentabilidade, considerando critérios com seus processos de reporte regulatório.

2.4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de julgamentos e estimativas pela Administração da Companhia, que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício social de 2025. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), sua moeda funcional. Para a controlada no exterior, Cielo USA Inc, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano, os saldos patrimoniais são convertidos para Reais, utilizando a taxa de câmbio de fechamento do exercício. Os efeitos dessa conversão são registrados diretamente no patrimônio líquido.

2.6 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais são reconhecidas *“pro rata temporis”*, considerando os seus prazos de vencimento.

2.7 Disponibilidades

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são incluídos caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.8 Instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é definida com base no modelo de negócio da Companhia para a gestão desses ativos, aprovados pelo Conselho de Administração.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Os modelos de negócio determinam se os ativos serão:

- I. mantidos para receber fluxos de caixa contratuais;
- II. mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e eventuais vendas; ou
- III. mantidos para negociação ativa.

a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três categorias para mensuração. São elas: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) Valor justo por meio do resultado (VJR).

b) Renegociação e Reestruturação

As instituições passaram a ter sua definição interna dos cenários, nos quais seria identificada uma renegociação e reestruturação.

A renegociação ocorre quando há alteração nos termos contratuais de uma operação de crédito, sem que haja, necessariamente, deterioração significativa do risco de crédito do cliente.

A reestruturação ocorre quando a modificação contratual é motivada por deterioração substancial da capacidade de pagamento do cliente, exigindo ajustes nos termos da operação, com o objetivo de preservar a recuperabilidade do crédito e mitigar perdas.

c) Incorporação da Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da taxa de juros efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passaram a ter o seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento.

Dessa forma, os custos de transação e valores recebidos são diferidos durante a vida contratual dos instrumentos, de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Companhia.

d) Definição de Ativo Problemático e *Stop Accrual*

Um ativo é classificado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou quando há evidência de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

e) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Companhia reconhece as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, da situação presente e do *forward looking*.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado.

2.9 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

(a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Os saldos são apresentados líquidos das taxas de intercâmbio.

(b) Contas a pagar a estabelecimentos

Referem-se às obrigações da Companhia com os estabelecimentos comerciais credenciados, relativas às transações realizadas com cartões (débito/crédito).

2.10 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais, os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no patrimônio líquido das investidas.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, os investimentos em controladas são consolidadas integralmente e os investimentos em controlada em conjunto são apresentados pelo método de equivalência patrimonial.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Intangível

O intangível é composto por ativos incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

internamente, utilizados na operação da Companhia.

- **Adquiridos separadamente**

Registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é linear com base na vida útil estimada.

- **Gerados internamente**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados, quando atendem aos critérios contábeis.

A vida útil, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, com efeitos contabilizados prospectivamente.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa, periodicamente, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para identificar indícios de perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros.

O ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido, anualmente, ao teste por redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor contábil.

O ágio decorrente de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas Demonstrações Contábeis individuais e no intangível nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

2.15 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente; e (ii) o respectivo ativo de direito

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência de perda), quanto à sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando o prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento do reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida a sua depreciação/amortização, de maneira sistemática e linear, no decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.16 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

São calculados com base no lucro tributável do exercício, constituído às alíquotas de 15% (IRPJ), considerando adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% até 31 de dezembro de 2025 e, a partir dessa data, à alíquota de 12%, conforme a Lei Complementar nº 224/25.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. O prazo de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/25, que elevou a alíquota da CSLL de 9% para 12%. A Companhia efetuou a atualização do saldo dos impostos diferidos ativos, referente a CSLL no montante de R\$ 74.963.

2.17 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se ao plano de contribuição definida no qual a Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que os serviços são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.18 Provisões para contingências

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante na rubrica "Sociais e estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

Desde 1º de janeiro de 2026, a Lei nº 15.270/25 passou a estabelecer a tributação de dividendos pagos por pessoas jurídicas a pessoas físicas, por meio de IRRF de 10%. Contudo, como a Cielo não possui pessoas físicas como acionistas, apenas pessoas jurídicas, não há incidência do imposto, tornando a nova regra inaplicável à Companhia.

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos Fundos de Investimento. A Companhia consolida as informações contábeis dos FIDCs e FICs por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade está vinculada às quotas mantidas pela Cielo. Adicionalmente, quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis às aquelas estabelecidas pela Cielo.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)
	31/12/2025
Participação em Controladas e Fundos:	
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	85,90
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	87,31
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

4 Disponibilidades

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Em moeda nacional	183.559	197.421
Em moeda estrangeira	2.636	5.551
Total	186.195	202.972

5 Ativos financeiros

O resultado obtido pelos ativos financeiros compõe a receita financeira, que está demonstrada na nota explicativa nº 22 - Resultado financeiro.

(a) Instrumentos financeiros equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	221.002	485.144
Títulos e valores mobiliários	510.270	2.116.800
Total	731.272	2.601.944

Aplicações no mercado aberto

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto		
Valor justo por meio do resultado	221.002	485.144
Compromissadas	221.002	485.144
Total	221.002	485.144

Títulos e valores mobiliários

	Controladora		
	31/12/2025		
	Faixa de vencimento	Total	
	0 - 30	Valor justo	Valor de custo
Títulos privados	510.270	510.270	510.293
Valor justo por meio do resultado	509.597	509.597	509.439
Cotas de fundos de investimento	509.597	509.597	509.439
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	673	673	854
Certificado de Depósito Bancário – CDB	673	673	854
Total	510.270	510.270	510.293

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Faixa de vencimento	Total	
	0 - 30	Valor justo	Valor de custo
Títulos privados	2.061.963	2.061.963	2.038.168
Valor justo por meio do resultado	2.048.712	2.048.712	2.024.934
Cotas de fundos de investimento	2.048.712	2.048.712	2.024.934
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13.251	13.251	13.234
Certificado de Depósito Bancário – CDB	927	927	1.125
Debêntures	9.216	9.216	9.001
Letras Financeiras - LF	3.108	3.108	3.108
Títulos públicos	54.837	54.837	54.071
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	54.837	54.837	54.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	54.837	54.837	54.071
Total	2.116.800	2.116.800	2.092.239

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de valor justo disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de valor justo disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor justo das respectivas cotas.

(b) Demais instrumentos financeiros

Os saldos consolidados dos demais instrumentos financeiros são compostos por títulos mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados no ativo realizável a longo prazo.

	Consolidado 31/12/2025
Títulos públicos	10.291
Letras Financeiras - LFT	10.291
Títulos privados	25.699
Letras Financeiras - LF	25.699
Total	35.990

6 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDCs")

Os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais.

Fundos

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	Índice mínimo de subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Fechado e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo

(a) Restrito a investidores profissionais.

(b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A TIR é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os Fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Estrutura e composição dos fundos

	31/12/2025			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	84.677.880	851.832	851.832	-
FIDC Plus	3.620.436.714	8.070.675	7.046.824	1.023.851
Total	3.705.114.594	8.922.507	7.898.656	1.023.851

7 Contas a receber operacionais

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Contas a receber de emissores (a)	100.738.464	100.742.832
Rendas a receber	125.043	909.703
Outras contas a receber operacionais	422.262	425.633
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(88.373)	(98.296)
Total	101.197.396	101.979.872
Circulante	101.163.631	101.946.019
Realizável a longo prazo	33.765	33.853
Total	101.197.396	101.979.872

- a) O Contas a receber de emissores corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões.
- b) Refere-se à expectativa de perdas esperadas das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e *chargebacks*, conforme apresentado na nota explicativa nº 23 - Gestão de riscos. A metodologia consiste em perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia, conforme a probabilidade de *default* e a segmentação de clientes.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

Segue a reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação à taxa nominal de referidos tributos para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado
	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.172.146	1.970.751	3.112.329
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(398.530)	(670.055)	(1.058.192)
Benefício fiscal de P&D	38.781	48.765	54.104
Equivalência patrimonial	216.694	349.378	-
Adicional de 3% da CSLL (LC nº 224/25)	74.963	74.963	74.963
Não Incidência de IRPJ /CSLL sobre Taxa Selic (Tema 962 do STF)	113.532	113.532	113.953
Outras diferenças permanentes líquidas	(702)	721	(14.798)
Imposto de Renda e Contribuição Social	44.738	(82.696)	(829.970)
Correntes	(86.656)	(95.172)	(878.145)
Diferidos	131.394	12.476	48.175

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/25, que elevou a alíquota da CSLL de 9% para 12%. A Companhia efetuou a atualização do saldo dos impostos diferidos ativos, referente a CSLL, no montante de R\$ 74.963.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	Controladora			
	01/01/2025	Adições	(Baixas)	31/12/2025
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	97.216	6.308	(59.185)	44.339
Provisão para gastos operacionais	180.631	62.654	(44.318)	198.967
Provisão para remuneração variável	68.935	110.082	(80.090)	98.927
Prejuízo fiscal e base negativa	459.588	37.491	(41.915)	455.164
Provisões para perdas com equipamentos e créditos incobráveis	91.753	29.628	(6.452)	114.929
Total	898.123	246.163	(231.960)	912.326

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	(Baixas)	31/12/2025
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	108.571	7.600	(59.537)	56.634
Provisão para gastos operacionais	340.258	127.307	(47.097)	420.468
Provisão para remuneração variável	78.560	112.694	(82.852)	108.402
Prejuízo fiscal e base negativa	587.237	37.491	(69.137)	555.591
Provisões para perdas com equipamentos e créditos incobráveis	93.985	29.628	(6.962)	116.651
Total	1.208.611	314.720	(265.585)	1.257.746

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Realização do crédito tributário

A mensuração e o reconhecimento dos ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, têm como premissa o histórico de lucros e receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL, em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, bem como a expectativa de geração de lucros e receitas tributáveis futuras, para fins de IRPJ e CSLL, baseada em estudo técnico, que demonstre a probabilidade de realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos.

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo o prazo de 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 15.

Segue a expectativa de realização/constituição ou adição do crédito tributário por exercício:

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
2026	496.543	741.903
2027	131.331	147.739
2028	194.452	211.515
2029	47.000	64.746
2030	25.779	46.413
2031 a 2035	17.221	45.430
Total	912.326	1.257.746
Juros relativos ao Ajuste a Valor Presente	(104.011)	(140.678)
Valor Presente dos Créditos Tributários	808.315	1.117.068

Fiscais e previdenciárias

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	101.300	871.047
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	18.009	85.965
Imposto sobre Serviços – ISS	5.024	16.364
Programa de Integração Social – PIS	3.387	18.101
Impostos sobre folha de pagamento	26.588	27.901
Outros tributos a recolher	19.485	19.960
Total	173.793	1.039.338

Impostos e contribuições a compensar/recuperar

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
IRRF sobre Rendimentos Financeiros	1.413.543	1.426.124
Antecipação de IRPJ e CSLL	34.562	549.712
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	106.034	113.839
Total	1.554.139	2.089.675

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Investimentos

	Controladora
	31/12/2025
Em Controladas	7.232.713
Total	7.232.713

Seguem as principais atividades das Controladas:

- Servinet Serviços Ltda. ("Servinet") – Prestação de serviços de manutenção e prospecção de clientes;
- Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno") – Gestão de contas de pagamento para o Arranjo Ourocard;
- Cielo USA. Inc. ("Cielo USA") – *Holding* veículo de investimento;
- Aliança Pagamento e Participações Ltda. ("Aliança") – Prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção de contratos com estabelecimentos comerciais; e
- Stelo S.A. ("Stelo") – Prestação de serviços relacionados a meios de pagamentos e de desenvolvimento de *software*.

As principais informações sobre as Controladas referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas Demonstrações Contábeis Individuais estão demonstradas no quadro a seguir:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

31/12/2025											
	% de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro bruto	Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro	Lucro Líquido (prejuízo)	Equivalência patrimonial do 2º semestre	Equivalência patrimonial do Exercício	Investimento
Controladas											
Servinet	99,99	69.633	33.572	36.061	38.536	38.568	7.759	8.377	2.619	8.376	36.057
Cielo USA	100,00	2.916	-	2.916	-	-	(656)	(656)	(30)	(656)	2.916
Cateno	70,00	11.058.268	1.557.156	9.501.112	4.823.087	1.594.858	1.860.121	1.314.345	590.618	920.042	6.650.778
Stelo	99,99	823.373	287.160	536.213	258.003	164.566	121.965	99.428	43.871	99.424	536.196
Aliança	99,99	6.927	160	6.767	-	-	(253)	395	256	395	6.766
Total Controladora		11.961.117	1.878.048	10.083.069	5.119.626	1.797.992	1.988.936	1.421.889	637.334	1.027.581	7.232.713

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Segue a movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2025	6.858.569
Dividendos recebidos:	
Cateno	(614.992)
Servinet	(15.000)
Dividendos provisionados:	
Stelo	(23.613)
Resultado de equivalência patrimonial	1.027.581
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros – Cateno	652
Variação cambial de investimentos no exterior	(414)
Adoção inicial da Resolução BACEN nº 178/22	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.232.713

10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos bens de direito de uso totalizam na Controladora R\$ 16.618 (R\$ 19.969 no Consolidado). Os saldos de arrendamentos a pagar decorrente de contratos de aluguéis, com vencimento em até um ano, na Controladora totalizam R\$ 3.334 (R\$ 5.945 no Consolidado) e R\$ 13.535 (R\$ 14.569 no Consolidado) em até 5 anos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Imobilizado de uso

		Controladora			
		31/12/2025			
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.856.827	(1.078.811)	(86.139)	691.877
Equipamentos de processamento de dados	20	241.627	(198.826)	-	42.801
Máquinas e equipamentos	10 - 20	10.114	(5.055)	-	5.059
Instalações	10	40.389	(21.544)	-	18.845
Móveis e utensílios	10	3.696	(1.567)	-	2.129
Veículos	20	3.786	(1.799)	-	1.987
Total		2.156.439	(1.307.602)	(86.139)	762.698

		Consolidado			
		31/12/2025			
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.856.827	(1.078.811)	(86.139)	691.877
Equipamentos de processamento de dados	20	244.292	(200.946)	-	43.346
Máquinas e equipamentos	10 - 20	10.655	(5.393)	-	5.262
Instalações	10	47.923	(27.986)	-	19.937
Móveis e utensílios	10	4.588	(2.176)	-	2.412
Veículos	20	3.786	(1.799)	-	1.987
Total		2.168.071	(1.317.111)	(86.139)	764.821

Segue a movimentação do imobilizado exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

		Controladora			
		Baixas/ Perdas estimadas			
	01/01/2025	Adições	Depreciações	31/12/2025	
Equipamentos de captura de transações	799.478	280.128	(93.945)	(293.784)	691.877
Equipamentos de processamento de dados	45.240	20.064	-	(22.503)	42.801
Máquinas e equipamentos	2.890	3.197	-	(1.028)	5.059
Instalações	17.728	4.224	-	(3.107)	18.845
Móveis e utensílios	2.072	240	-	(183)	2.129
Veículos	3.016	-	(226)	(803)	1.987
Total	870.424	307.853	(94.171)	(321.408)	762.698

		Consolidado			
		Baixas/ Perdas estimadas			
	01/01/2025	Adições	Depreciações	31/12/2025	
Equipamentos de captura de transações	799.478	280.129	(93.945)	(293.785)	691.877
Equipamentos de processamento de dados	45.774	20.332	-	(22.760)	43.346
Máquinas e equipamentos	3.132	3.210	-	(1.080)	5.262
Instalações	19.176	4.394	-	(3.633)	19.937
Móveis e utensílios	2.450	237	(7)	(268)	2.412
Veículos	3.016	-	(226)	(803)	1.987
Total	873.026	308.302	(94.178)	(322.329)	764.821

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

12 Intangível

		Controladora			
		31/12/2025			
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Software	20	1.939.076	(1.232.592)	(4.099)	702.385
Total		1.939.076	(1.232.592)	(4.099)	702.385

		Consolidado			
		31/12/2025			
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(4.178.778)	-	7.393.222
Software (b)	20	1.977.538	(1.243.011)	(4.099)	730.428
Outros	08 - 20	74	-	-	74
Total		13.549.612	(5.421.789)	(4.099)	8.123.724

(a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard, na qualidade de Instituição de Pagamento.

(b) **Software** - Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

		Controladora			
		01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Software		676.350	259.714	(39.170)	702.385
Total		676.350	259.714	(39.170)	702.385

		Consolidado			
		01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Direito de exploração - Arranjo Ourocard		7.778.956	-	-	(385.734)
Software		693.024	273.129	(39.170)	(196.555)
Outros		74	-	-	-
Total		8.472.054	273.129	(39.170)	(582.289)

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

13 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Debêntures Públicas	10.133.048	10.092.105
Total	10.133.048	10.092.105
Circulante	143.200	143.200
Não circulante	9.989.848	9.948.905
Total	10.133.048	10.092.105

a. Debêntures Públicas

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.500.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2027. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.

Em maio de 2025, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com vencimento em 08 de maio de 2029. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.

Em outubro de 2025, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 2.500.000, com vencimento em 20 de outubro de 2028. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,39% a.a., com pagamentos semestrais.

Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação às operações financeiras de emissão das Debêntures Públicas.

b. Capital de Giro

Em 2025, a Companhia realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito contratadas via Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R\$ 6.730.000. O valor foi pago e, em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo em aberto referente a essas operações.

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2025	7.604.166	7.604.166
Novas captações	12.230.000	12.192.812
Pagamento de principal	(9.730.000)	(9.730.000)
Juros provisionados	1.129.888	1.126.133
Juros pagos	(1.089.733)	(1.089.733)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(16.126)	(16.126)
Amortização de custos de emissão de dívidas	4.853	4.853
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.133.048	10.092.105

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2025
2027	4.500.000	4.500.000
2028	2.500.000	2.500.000
2029	3.000.000	2.959.057
Total de empréstimos e financiamentos	10.000.000	9.959.057
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(10.152)	(10.152)
Total	9.989.848	9.948.905

14 Contas a pagar a estabelecimentos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Contas a pagar a estabelecimentos é de R\$ 87.203.682 e R\$ 87.383.828, na Controladora e Consolidado, respectivamente. Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo.

Adicionalmente, a Companhia, também, garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como segue:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Controladora						
	01/01/2025	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2025
Tributárias (a)	252.690	11.729	(151.178)	(29.768)	-	83.473
Trabalhistas (b)	13.492	9.692	(6.301)	1.352	(9.605)	8.630
Cíveis (c)	19.749	67.365	(11.104)	4.769	(52.767)	28.012
Total	285.931	88.786	(168.583)	(23.647)	(62.372)	120.115

Consolidado						
	01/01/2025	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2025
Tributárias (a)	256.074	12.221	(151.819)	(29.691)	-	86.785
Trabalhistas (b)	38.800	35.661	(12.396)	4.744	(30.197)	36.612
Cíveis (c)	20.157	67.587	(11.292)	4.805	(52.914)	28.343
Total	315.031	115.469	(175.507)	(20.142)	(83.111)	151.740

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais, cujos saldos estão assim demonstrados:

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Tributários (a)	85.842	85.902
Trabalhistas (b)	9.768	24.339
Cíveis (c)	7.970	7.970
Total	103.580	118.211

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a seguinte:

PIS/COFINS – exclusão do ISSQN – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho de 2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobreveio sentença confirmando os termos da liminar em janeiro de 2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Em 2025, com base na opinião dos assessores legais, a Companhia reverteu provisão no montante de R\$ 181.831, referente ao ISS incidente sobre a receita de terceiros, no contexto do fluxo financeiro dos arranjos de pagamentos e que estava sendo provisionado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

(c) Processos cíveis

Referem-se, substancialmente, à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia, que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais, em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Passivos contingentes classificados como perda possível

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Tributárias	1.856.617	1.861.473
Trabalhistas	194.514	616.567
Cíveis	544.621	547.194
Total	2.595.752	3.025.234

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa e na esfera judicial, cuja natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015 a 2020, no montante de R\$ 281.145; e
- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real, nos anos de 2015 a 2018, no montante de R\$ 673.770.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.700.000, representado por 2.668.174.120 ações ordinárias, subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025, é de 2.668.168.278 ações ordinárias.

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

(b) Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações, referentes às contribuições de capital por acionistas, que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 7.019.

(c) Ações em tesouraria

O saldo de ações em tesouraria, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 30.

(d) Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

(e) Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de lucros - orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 4.425.283, em 31 de dezembro de 2025.

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 foram apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 30 de abril de 2025.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo, que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, sendo que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração, em 25 de junho de 2025, foi aprovado o pagamento parcial dos dividendos declarados na reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2024, no montante de R\$ 405.000, pagos em 30 de junho de 2025, permanecendo em aberto o saldo restante dos dividendos, no montante de R\$ 3.415.000.

As propostas de prorrogação do prazo para pagamento da parcela ainda não quitada dos dividendos, declarados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2024, para até 31 de dezembro de 2026, bem como a retenção da totalidade do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas, por unanimidade, pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 26 de dezembro de 2025.

Desde 1º de janeiro de 2026, a Lei nº 15.270/25 passou a estabelecer a tributação de dividendos pagos por pessoas jurídicas a pessoas físicas, por meio de IRRF de 10%. Contudo, como a Cielo não possui pessoas físicas como acionistas, apenas pessoas jurídicas, não há incidência do imposto, tornando a nova regra inaplicável à Companhia.

(g) Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Variação cambial sobre investimento no exterior	(165.151)	(165.151)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	1.015	1.015
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros (a)	(305)	(436)
Total	(164.441)	(164.572)

(a) Os ajustes de avaliação patrimonial compreendem as variações no valor justo dos instrumentos financeiros, refletindo tanto a participação dos acionistas controladores quanto a dos não controladores. Para fins de conciliação do saldo consolidado e aquele evidenciado no balanço patrimonial, deve-se considerar o montante de R\$ 131, registrado em acionistas não controladores.

(h) Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A Resolução BACEN nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRIP) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados:

I - Aos serviços de pagamento prestados; e

II - Às demais atividades exercidas.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio de referência é de R\$ 4.574.540, que é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 3.043.153. O Índice de Capital da Companhia é de 18,0%, demonstrando a solidez de sua estrutura de capital frente aos riscos assumidos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

17 Lucro líquido por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico e diluído

	Controladora e consolidado	
	2º Semestre	Exercício
	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.216.884	1.888.055
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.668.168	2.668.168
Lucro por ação (em R\$) – básico e diluído	0,45607	0,70762

18 Receita líquida

	Controladora		Consolidado
	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Receita operacional bruta	3.444.560	6.758.332	12.331.416
Impostos sobre a receita	(349.425)	(683.474)	(1.382.617)
Total	3.095.135	6.074.858	10.948.799

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

19 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das receitas/(despesas) operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2º semestre	Exercício	Exercício
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Gastos com aquisição	(1.455.125)	(2.831.995)	(5.844.703)
Gastos com pessoal	(895.607)	(1.717.364)	(1.903.795)
Depreciações e amortizações	(254.296)	(517.776)	(907.921)
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(197.218)	(379.139)	(460.770)
Serviços profissionais	(158.496)	(338.800)	(301.215)
Diversos líquido	(74.089)	49.759	772.025
Total	(3.034.831)	(5.735.315)	(8.646.379)
Classificadas como:			
Custo dos serviços prestados	(1.755.834)	(3.451.577)	(6.616.597)
Pessoal	(768.602)	(1.472.080)	(1.624.372)
Gerais e administrativas	(219.132)	(464.249)	(450.361)
Vendas e marketing	(112.011)	(221.283)	(302.914)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	(179.252)	(126.126)	347.865
Total	(3.034.831)	(5.735.315)	(8.646.379)

Os gastos com aquisição são, substancialmente, representados por despesas com captura e processamento de transações, operações logísticas e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.

Abaixo, demonstramos as outras receitas/(despesas) operacionais líquidas:

	Controladora		Consolidado
	2º semestre 31/12/2025	Exercício 31/12/2025	Exercício 31/12/2025
Despesas com perdas diversas (a)	(25.757)	(58.763)	(141.315)
Reversão (gastos) com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos (b)	(42.184)	59.668	18.025
Despesas com perda de imobilizado (c)	(99.183)	(110.368)	(110.376)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas (d)	(12.128)	(16.663)	581.531
Total	(179.252)	(126.126)	347.865

- (a) Despesas com perdas diversas, provenientes, principalmente, por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base na opinião dos assessores legais, a Companhia reverteu a provisão referente ao ISS incidente sobre a receita de terceiros, no contexto do fluxo financeiro dos arranjos de pagamentos e que estava sendo provisionado.
- (c) A Companhia optou pela descontinuidade dos terminais de captura modelos MOVE 5000 e S920, principalmente pela obsolescência tecnológica, e provisionou o saldo residual de R\$ 49.508.
- (d) Corresponde ao ressarcimento de gastos pelo Banco do Brasil à controlada Cateno.

20 Compromissos

O Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados com base nos contratos vigentes (itens não registrados no balanço patrimonial). Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento e televendas são os seguintes:

	31/12/2025
Até 1 ano	498.784
De 1 a 5 anos	609.036
Total	1.107.820

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

21 Gastos com pessoal

	Controladora		Consolidado
	2º semestre 31/12/2025	Exercício 31/12/2025	Exercício 31/12/2025
Salários, encargos e outros	(528.655)	(1.027.920)	(1.166.549)
Benefícios com empregados (a)	(150.507)	(298.322)	(320.417)
Participação nos resultados (b)	(160.907)	(270.623)	(294.238)
Incentivo de longo prazo (c)	(26.522)	(63.924)	(66.016)
Remuneração dos administradores e conselhos (d)	(29.016)	(56.575)	(56.575)
Total	(895.607)	(1.717.364)	(1.903.795)

- (a) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, plano de previdência complementar denominado Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além desses benefícios, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores.
- (b) O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.
- (c) São planos de remuneração liquidados em dinheiro para os diretores estatutários e empregados elegíveis. Os planos estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.
- (d) O saldo corresponde à remuneração fixa, variável e verbas rescisórias de executivos, conselheiros administrativos e fiscais, líquido de impostos. A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal aprovada em Assembleia em 30 de abril de 2025 é de R\$ 86.028 líquidos de encargos, sendo: (i) R\$ 954 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 85.074 para os Administradores.

Benefícios pós-emprego

O Grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de funcionários com direito a assistência médica pós-emprego, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13.311.

As taxas utilizadas no período foram: taxa de desconto nominal de 7,22% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 17,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No patrimônio líquido, o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 1.015.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2º semestre 31/12/2025	Exercício 31/12/2025	Exercício 31/12/2025
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras	50.272	111.641	399.307
Outras receitas financeiras (a)	338.582	387.974	394.201
PLS e Cofins	(18.051)	(20.935)	(29.900)
Total	370.803	478.680	763.608
Despesas financeiras:			
Juros e encargos sobre empréstimos	(817.312)	(1.736.867)	(1.387.508)
Participação de terceiros em FIDCs	-	-	(257.300)
Atualização monetária de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.349)	23.647	20.142
Outras despesas financeiras	(31.865)	(66.021)	(79.428)
Total	(854.526)	(1.779.241)	(1.704.094)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	970.393	1.947.862	1.794.244
Variação cambial	(12.162)	(43.674)	(43.849)
Total	474.508	603.627	809.909

(a) Os valores registrados a título de outras receitas financeiras referem-se, majoritariamente, à atualização pela taxa Selic incidente sobre saldos de IRPJ e CSLL a recuperar/compensar. Essa atualização decorre do direito creditório tributário reconhecido pela Companhia, cujo montante é ajustado monetariamente até sua efetiva compensação ou restituição.

23 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão, nos termos da Resolução BACEN nº 198/22.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos e um Código de Conduta Ética que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários, jovens aprendizes, empresas controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para o registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

corporativos e avaliação periódica destes; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

(b) Gestão de Risco de Crédito

A Cielo possui ativos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais. O gerenciamento desse risco é realizado de acordo com a natureza e porte das operações e dos produtos.

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle, que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias a eles.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras ou boleto bancário. Quando há estimativa de perda, uma provisão é constituída.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - *Chargeback* e Vendas Diferidas

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial, independentemente do motivo, ou por meio de outra forma de cobrança, como o boleto, o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora, periodicamente, o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, com especial atenção para clientes que fazem a entrega do produto ou serviço em momento posterior àquele da autorização da operação (vendas diferidas).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(c) Gestão de Riscos Operacionais

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para a sua mitigação, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BACEN nº 198/22 e à Resolução BACEN nº 260/22.

(d) Gestão de Risco de Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos de capital da Cielo assegura crescimento sustentável com controle efetivo das operações, uso eficiente do capital e solvência da instituição. O processo envolve definição do apetite ao risco (RAS), monitoramento regulatório e contábil, projeções de capital alinhadas ao desempenho do negócio e governança fortalecida por fóruns e comitês internos, com acompanhamento periódico pelo Conselho de Administração.

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 12%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 16h). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) Gestão de Risco de Liquidez

A Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Nesse contexto, o risco de liquidez é avaliado, diariamente, utilizando as métricas definidas no Plano de Contingência, que incluem projeções de fluxo de caixa e a mensuração do caixa mínimo necessário. Além disso, semestralmente, é realizado teste de estresse de liquidez com o objetivo de mensurar o nível de exposição ao risco de liquidez da Cielo e a sua capacidade de solvência.

(f) Gestão de Risco de Mercado

É gerenciado por meio do cálculo do VaR (*Value at Risk*) das posições financeiras da Cielo, avaliações de impacto de cenários de reajuste nos indicadores atrelados aos instrumentos financeiros passivos, acompanhamento da *duration* e atualização da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(f.1) Risco de Taxa de Câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos nas políticas da Cielo.

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta, principalmente, ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2025, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2025		
	10%	25%	50%
Resultado	557	1.392	2.784
Patrimônio Líquido	292	729	1.458

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

De acordo com as suas políticas financeiras, a Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha e opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são, principalmente, afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2025					
	Controladora			Consolidado		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(162.523)	(406.306)	(812.613)	(98.820)	(247.050)	(494.101)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(g) Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo

A Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

(h) Gestão de Risco de Conformidade

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Este risco pode ser identificado no decorrer das atividades diárias, monitorado pelas áreas de negócio e suporte, pela equipe de *Compliance*, pela área de Controles Internos, por todas as áreas da Cielo por meio do registro de ocorrências de riscos, durante a avaliação de produtos e serviços, no monitoramento das perdas operacionais e pela equipe de Auditoria Interna. Essas ações visam assegurar a conformidade da Cielo aos instrumentos normativos internos, às modificações no ambiente regulatório externo e às regras estabelecidas pelos instituidores de arranjo de pagamento ("bandeiras").

(i) Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

(j) Gestão de Risco de Reputação

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores e reguladores. Este risco pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

O processo de gestão do risco reputacional envolve: identificação por todas as áreas da Cielo, avaliação e mensuração das perdas operacionais, resposta e monitoramento do risco reputacional, e acompanhamento diário dos indicadores de risco reputacional com reportes mensais compartilhados e reportes semestrais para a Administração.

(k) Gestão de Risco de Estratégico

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

O risco de estratégia pode ser oriundo de mudanças na demanda e preferências dos estabelecimentos comerciais, mudança legal e normativa, pressão competitiva, incluindo a entrada de novos concorrentes, alterações nos segmentos prioritários, mudanças tecnológicas, novas tendências de mercado, aquisição, fusão e demais operações societárias de empresas, alteração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração e pressão das partes interessadas para que a Cielo realize, deixe de realizar ou altere a forma como realiza determinada atividade.

A área de riscos, com o apoio das áreas responsáveis pela (i) gestão da estratégia, (ii) gestão da sustentabilidade e (iii) gestão da continuidade do negócio, identifica os riscos emergentes e estratégicos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Cielo ou que possam afetar de maneira adversa os demais riscos corporativos da Cielo.

(l) **Gestão de Riscos Emergentes**

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de aquisição, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarks* e boas práticas de mercado.

(m) **Gestão de Riscos Cibernéticos**

Por estar inserida no meio digital, a Cielo está susceptível a riscos cibernéticos, havendo a probabilidade de ocorrer um evento adverso que pode comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações críticas, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação.

Em função deste risco, adotamos uma Política de Segurança da Informação em conformidade com a Resolução BACEN nº 85/21, de modo a controlar e mitigar os riscos oriundos a ameaças digitais às quais o negócio está exposto.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

24 Resultado não recorrente

Conforme definido pela Resolução BACEN nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo Cielo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes abaixo, estão apresentados líquidos dos efeitos fiscais:

	Exercício	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido	1.888.055	2.282.359
Itens não recorrentes		
Descontinuidade de terminal de captura (a)	32.675	32.675
Mudança de alíquota CSLL (b)	(74.963)	(74.963)
Total	(42.288)	(42.288)
Resultado recorrente	1.845.767	2.240.071

- a) A Companhia optou pela descontinuidade dos terminais de captura modelos MOVE 5000 e S920, decisão alinhada à sua estratégia de terminais, com foco na modernização tecnológica do parque e maior concentração em *smart terminals*, visando sempre a maior satisfação dos clientes. Como resultado, provisionou o saldo residual de R\$ 49.508, sendo R\$ 32.675 líquidos dos efeitos fiscais em 31 de dezembro de 2025.
- b) No dia 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/25, que elevou a alíquota da CSLL de 9% para 12%. A Companhia efetuou a atualização do saldo dos impostos diferidos ativos, referente a CSLL no montante de R\$ 74.963.

25 Transações e saldos com partes relacionadas

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As partes relacionadas são compostas entre Controladores (Bradesco e Banco do Brasil), Controladas (Aliança, Servinet, Stelo, Cateno e Cielo USA) e Fundos de investimento (FIDC, FIDC Plus e FIDC Emissor II).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais e as movimentações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora 31/12/2025				Consolidado 31/12/2025
	Controladores	Controladas	Fundos de Investimento	Total	Total
Ativos:					
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	231.114	-	-	231.114	275.646
Contas a receber operacionais (b)	25.086.268	-	-	25.086.268	25.086.268
Contas a receber com partes relacionadas (c)	-	24.514	82	24.596	1.671.460
(Passivos):					
Empréstimos e financiamentos (j)	6.452	(40.289)	-	(33.837)	6.452
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(14.151)	-	-	(14.151)	(14.151)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	-	(279.191)	-	(279.191)	(688.141)
Saldos recebidos a repassar para FIDC	-	-	(7.895.961)	(7.895.961)	-
	Controladora 31/12/2025				Consolidado 31/12/2025
	Controladores	Controladas	Fundos de Investimento	Total	Total
Receitas:					
Receitas de aplicações financeiras (a)	31.226	-	-	31.226	41.606
Receitas de prestação de outros serviços (f)	19.367	-	946	20.313	19.367
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	19.467	-	-	19.467	19.467
Outras receitas (i)	-	316	-	316	602.496
(Despesas):					
Despesas financeiras (d)	(34.132)	(3.755)	-	(37.887)	(34.616)
Despesa com antecipação de recebíveis	-	-	(345.603)	(345.603)	-
Despesas com benefícios (h)	(164.602)	-	-	(164.602)	(180.545)
Contratos de serviços de prospecção de clientes	-	(245.467)	-	(245.467)	-
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	-	-	-	-	(44.145)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(157.856)	-	-	(157.856)	(157.856)
Outras despesas operacionais	(239)	-	-	(239)	(239)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- b) Os valores a receber referem-se, substancialmente, aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco, decorrentes das transações realizadas com cartões.
- c) Os valores a receber se referem, substancialmente, aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como a saldos de dividendos a pagar.
- d) Correspondem as tarifas sobre a manutenção das contas bancárias junto aos bancos acionistas.
- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes, com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos acionistas fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix, e os respectivos status da transação nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para os seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).
- i) Corresponde ao ressarcimento de gastos pelo Banco do Brasil à controlada Cateno.
- j) Corresponde ao custo de emissão de debêntures pagos aos bancos de investimento, controlados pelos bancos acionistas.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros contratos de prestação

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de serviços contratados com os principais parceiros, a saber:

- Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo;
- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network – VAN" e prestador de serviço de rede "PSR");
- Serviços de "cash management";
- Seguros contratados;
- Cartão de crédito corporativo e de benefícios;
- Serviços de pagamento a fornecedores;
- Concessão de pontos pela Livelo;
- Serviços de representação junto à Nuclea;
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações;
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários;
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados;
- Credenciamento ao sistema Cielo;
- Incentivo ao desenvolvimento e atualização tecnológica;
- Serviços de gestão transacional;
- Cessão de recebíveis; e
- Compartilhamento de dados.

26 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo, estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Dividendos a receber de controlada direta	(23.613)	-
Benefício pós-emprego	(4.350)	(4.350)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	652	931
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(414)	(414)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Seguro D&O	250.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	108.800
Garantia judicial	88.226
Bens e ativos	38.048
Ataque Cibernético	25.000
Responsabilidade civil geral	20.000
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	2.200

28 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, foi realizado o resgate de 766.372.816 ações da controlada Cateno, no montante de R\$ 771.467, liquidados em caixa para as acionistas: Cielo (no montante de R\$ 540.027, correspondentes a 70% de sua participação); e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 231.440, correspondentes a 30% de sua participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada Cateno.

Em janeiro de 2026, foi realizada a distribuição da Reserva de Transição da controlada Cateno, no montante de R\$ R\$ 79.156, liquidados em caixa para acionistas: Cielo (no montante de R\$ 55.409, correspondentes a 70% de participação); e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 23.747, correspondentes a 30% de participação). A Reserva de Transição foi constituída, entre os anos de 2015 e 2019, com a finalidade de suportar eventuais riscos de contingências e/ou perda operacionais, em função do período dos trabalhos do Comitê não estatutário de transição, conforme estabelecido no Estatuto Social da controlada Cateno.

Filipe Augusto dos Santos Oliveira
Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores
Diretor responsável pela contabilidade

Yvan Calil Zanetti
Superintendente de Contabilidade, Tributário, Garantia de Receita e Controladas
Responsável técnico contábil

Vagner Akihiro Tatebe
Contador CRC 1SP292671/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. (as) membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame dos Comentários da Administração sobre o desempenho da Companhia e de suas Demonstrações Contábeis, referentes ao semestre (Individuais) e ao exercício (Individuais e Consolidadas), findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e das instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável, denominadas em conjunto como “Padrão COSIF”, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e por unanimidade, são de opinião que os citados documentos, examinados à luz das respectivas práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados.

Barueri, 26 de janeiro de 2026.

ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO

MARCOS APARECIDO GALENDE

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (“Resolução CVM nº 80/22”), a Diretoria-Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis (“COSIF”) referentes ao semestre (Individuais) e exercício (Individuais e Consolidadas) findos em 31 de dezembro de 2025, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BCB”) e da CVM, quando aplicável.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria-Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao semestre (Individuais) e exercício (Individuais e Consolidadas) findos em 31 de dezembro de 2025, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ORÇAMENTO DO CAPITAL

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o fim de abril de 2026, a proposta de retenção do valor total do lucro líquido do exercício de 2025 disponível, no montante de R\$ 1.888.055.434,18 (um bilhão, oitocentos e oitenta e oito milhões, cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos), conforme autoriza o § 3º, I, do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, com base no orçamento de capital proposto (“Orçamento de Capital”). O Orçamento de Capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o ano fiscal de 2026 e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de equipamentos de captura.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela Administração, conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2025, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de janeiro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO



Relatório Anual do
Comitê de Auditoria
Janeiro/2026



Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria – Exercício Social de 2025

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 12 de dezembro de 2025 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, os quais devem observar e cumprir os requisitos previstos no artigo 9 da Resolução nº 130, de 20 de agosto de 2021, emitida pelo Banco Central do Brasil (“BCB”) (“Resolução BCB nº 130/21”). Atualmente, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de maio e 18 de setembro de 2024, com mandato unificado de 02 (dois) anos, isto é, até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”) referentes ao exercício social de 2025.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração¹ da Companhia, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta, ou em trabalhos e atividades demandados pelo Comitê.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2025, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 12 (doze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, contabilidade, tesouraria, auditoria interna, auditores independentes, além dos diretores e executivos de diversas áreas da Companhia.

É importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 04 (quatro) reuniões com os auditores independentes.

Além disso, os membros do Comitê realizaram 01 (uma) reunião conjunta com o Comitê de Riscos e 01 (uma) reunião conjunta com o Conselho Fiscal da Companhia, para troca de informações e experiências, bem como para o acompanhamento de temas comuns aos órgãos.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são disponibilizadas aos membros do Conselho as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo período, o *status* do plano de trabalho da auditoria interna, os resultados dos trabalhos de auditoria, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela Administração e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

¹ Composta por sua Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.



Dentre as atividades realizadas durante o exercício de 2025, cabe destacar a abordagem a respeito dos seguintes temas: **(a)** recomendação de aprovação dos ajustes propostas às políticas de: **(a.i)** gestão de riscos corporativos e controles internos; **(a.ii)** *compliance*; **(a.iii)** anticorrupção; **(a.iv)** auditoria interna; **(a.v)** tecnologia da informação; **(a.vi)** produtos e serviços; **(a.vii)** compras; **(a.viii)** segurança da informação e cibernética; e **(a.ix)** privacidade proteção de dados; **(b)** aprovação do: **(b.i)** relatório anual e semestral do Comitê a ser apresentado com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e Relatório da Administração Semestrais e Anuais (COSIF); e **(b.ii)** relatório anual e semestral do Comitê a ser apresentado com as Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais (IFRS), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao semestre findo em 30 de junho de 2025; **(c)** recomendação de aprovação para a contratação de auditoria independente para prestação dos seguintes serviços durante o exercício de 2025: **(c.i)** auditoria das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios; **(c.ii)** revisão das informações contábeis intermediárias (“*ITR*”); **(c.iii)** revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF 2024 (ano calendário 2024) para a Companhia e suas controladas, a saber: Aliança Soluções e Meio de Pagamento Ltda. (“*Aliança*”), Servinet Serviços Ltda. (“*Servinet*”) e Stelo S.A. (“*Stelo*”); **(c.iv)** emissão dos relatórios do conglomerado prudencial; **(c.v)** avaliação da aderência da Cielo à Resolução nº 352, de 23 de novembro de 2023, emitida pelo BCB (“*Resolução BCB nº 352/23*”); e **(c.vi)** asseguarção limitada do relatório anual integrado e do inventário de emissões de gases de efeito estufa (“*GEE*”) da Companhia referente ao exercício de 2025; **(d)** acompanhamento do processo e recomendação de aprovação: **(d.i)** das Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo BCB, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“*CVM*”) e regulamentações complementares do BCB, bem como dos respectivos Relatórios dos Auditores Independentes; **(d.ii)** das Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“*IASB*”), bem como dos respectivos Relatórios dos Auditores Independentes; **(d.iii)** das informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2025, bem como dos respectivos Relatórios dos Auditores Independentes; e **(d.iv)** do Conglomerado Prudencial referente ao 1º semestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025, elaborado de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelas Resoluções nº 4.911, de 27 de maio de 2021, e nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, ambas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (“*CMN*”) e regulamentações complementares do BCB, bem como do respectivo Relatório dos Auditores Independentes; **(e)** recomendação de aprovação dos ajustes ao plano de trabalho bienal da auditoria interna referente aos exercícios de 2025 e 2026; **(f)** recomendação de aprovação da proposta de plano de trabalho bienal da auditoria interna para os exercícios de 2026 e 2027; **(g)** recomendação de aprovação do relatório anual da auditoria interna referente ao exercício de 2024; **(h)** recomendação de aprovação dos ajustes ao orçamento da auditoria interna e do Comitê referente ao exercício de 2025; **(i)** recomendação de aprovação da proposta de orçamento da auditoria interna para o exercício de 2026; **(j)** análise e discussão dos resultados dos principais trabalhos realizados pela auditoria interna; **(k)** acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; **(l)** acompanhamento dos ofícios e comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respectivas respostas apresentadas; **(m)** acompanhamento das provisões judiciais e contingências cíveis, trabalhistas e tributárias; **(n)** análise: **(n.i)** do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e do semestre findo em 30 de junho de 2025 (“*Relatórios CCI*”), nos termos da Resolução BCB nº 130/21; e **(n.ii)** dos planos de ações decorrentes dos apontamentos constantes nos Relatórios CCI; **(o)** análise: **(o.i)** do relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular nº 3.978,



de 23 de janeiro de 2020, emitida pelo BCB (“Circular BCB nº 3.978/20”) referente ao exercício de 2024 (“Relatório de Efetividade 2024”) e do resumo dos principais pontos de melhoria identificados no referido relatório; e **(o.ii)** do relatório de acompanhamento da implementação dos planos de ações declarados no Relatório de Efetividade 2024, em consonância ao disposto nos §§1º e 2º do artigo 65 da Circular BCB nº 3.978/20; **(p)** análise dos relatórios trimestrais de avaliação das ocorrências e medidas de prevenção a fraudes, em conformidade com a Resolução nº 142, de 23 de setembro de 2021, emitida pelo BCB (“Resolução BCB nº 142/21”); **(q)** acompanhamento dos resultados do ciclo de supervisão referente ao Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (“SRC”) do Conglomerado, realizado pelo BCB; **(r)** acompanhamento dos relatórios de ouvidoria referentes ao 2º semestre de 2024 e ao 1º semestre de 2025; **(s)** recomendação de aprovação do relatório anual sobre a implementação do plano de ações e de resposta a incidentes do exercício de 2024, em cumprimento à Política de Segurança da Informação e Cibernética da Companhia e, em observância ao artigo 8 da Resolução nº 85, de 08 de abril de 2021, emitida pelo BCB (“Resolução BCB nº 85/21”); e **(t)** análise do reporte trimestral sobre os principais incidentes de segurança.

2. Descrições das recomendações apresentadas à Diretoria Executiva acerca das demonstrações contábeis, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas, nos termos artigo 15, inciso II, da Resolução nº 130/21 do BCB².

Importante destacar que o membro qualificado do Comitê e especialista em contabilidade, reuniu-se, trimestralmente, em reuniões de trabalho, com a Gerência Executiva de Contabilidade para proceder à análise detalhada das Demonstrações Contábeis³ da Companhia, ocasião em que apresentou sugestões de aprimoramento, sempre alinhadas às melhores práticas e à legislação aplicável. As propostas foram discutidas e validadas pelo Comitê, para posterior recomendação ao Conselho de Administração acerca das Demonstrações Contábeis.

Todas as sugestões de aprimoramento apresentadas pelo Comitê foram implementadas pela Companhia.

3. Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao Exercício Social de 2025.

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das: **(a)** demonstrações contábeis individuais e consolidadas, semestrais e anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo BCB, normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do BCB referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Contábeis 2025 em COSIF”); **(b)** demonstrações contábeis consolidadas anuais, elaboradas de acordo com as normas IFRS emitidas pelo IASB referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Contábeis 2025 em IFRS”); e **(c)** relatório do conglomerado prudencial referente ao 2º semestre findo em 31 de dezembro de 2025, elaborado de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, emitida pelo CMN e regulamentações complementares do BCB (“Relatório do

² A resolução dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e estabelece os procedimentos específicos para elaboração dos relatórios resultantes do trabalho de auditoria independente realizado nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

³ Em suas diversas modalidades, incluindo as demonstrações Individuais, Consolidadas, Anuais, Semestrais, Trimestrais e ITR, conforme aplicável.



Conglomerado Prudencial 2º Sem 2025”) e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela auditoria independente, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2025, recomendam, por unanimidade, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) das Demonstrações Contábeis 2025 em COSIF; (ii) das Demonstrações Contábeis 2025 em IFRS; e (iii) do Relatório do Conglomerado Prudencial 2º Sem 2025.

Barueri, 16 de janeiro de 2026.

Paulo Henrique Andolhe
Coordenador do Comitê de Auditoria

Antônio Gustavo Matos do Vale
Membro do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis
Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa
Membro do Comitê de Auditoria